

CULTURA, ARQUEOLOGIA, E ALGO MAIS: UM DESAFIO PARA UMA POLÍTICA TRANSVERSAL

por

Vítor Oliveira Jorge

Vivemos numa sociedade compartimentada em saberes e especialidades. Falando constantemente de interdisciplinaridade e mesmo de transdisciplinaridade, na prática cada um trata de desenvolver o que aprendeu e, se não se acautela, acaba encapsulado numa série de hábitos mentais e de técnicas de actuação que o isolam dos outros e do conjunto da sociedade. A Universidade e o sistema de ensino não fazem senão perpetuar este estado de coisas, quase inevitável no complexo mundo contemporâneo.

Esse mesmo quadro reflecte-se, necessariamente, no aparelho de estado e na organização dos governos. É difícil evitar que, em diferentes ministérios e secretarias de Estado, se criem estruturas e mecanismos de acção que se sobrepõem (quando não se atropelam ou contradizem) nos projectos e na execução destes. Como evitar esse perigo de «autismo» para que somos conduzidos pelo próprio enquadramento do sistema, mau grado a vontade dos agentes e a sua profissão de fé na transversalidade das políticas? Fórmulas mágicas ninguém as possui, decerto, nem é fácil encontrar o ponto de equilíbrio entre a prática do imprescindível diálogo e a urgência da actuação, que se não compadece com delongas.

Vivemos num contexto em que a rede de informações em que nos situamos e a antecipação das decisões e sua implementação são fulcrais. A palavra-chave, se há alguma, não é já o saber, mas a gestão. E a gestão, para caricaturalmente dar o exemplo das operações da Bolsa, implica a rapidez dos lances, numa mesa de jogo com infinitas variáveis. A gestão, repito, permeia todo o «real» em que nos movemos, real esse sobre o qual, de tão complexo que é, ninguém tem uma visão de conjunto. Isto é, ninguém pode ter, à partida, certeza de que vai ganhar, precisando de gerir uma permanente situação de risco. O nosso paradigma não é já o da «verdade», mas o da simulação (no sentido que se usa em informática). A prática da experimentação e da argumentação não se processam em situação de (ilusório) vaso fechado, como numa discussão académica ou num laboratório, mas

«contra» a pressão do tempo e das diferentes forças sociais, forças essas que, no limite, são indivíduos, cada um com a sua própria estratégia de afirmação pessoal.

Se a prática da multidisciplinaridade e da transversalidade, se a horizontalidade de visão e de actuação são já difíceis em pequenas comunidades, dada a compartimentação do sistema e a especialização que exige, muito mais árduas se tornam ao nível global do Estado e da resistência (activa ou passiva) das instituições, onde a simples palavra «mudança» faz sorrir ironicamente os «homens do aparelho», especialistas, precisamente, na armadilhagem do sistema para manterem as suas prerrogativas. O topo dos órgãos de decisão tende assim a «refrescar-se» ciclicamente com protagonistas mais ou menos bem intencionados, mais ou menos esclarecidos, que alimentam a voracidade dos «media», enquanto nos «andares» inferiores todo um formigueiro de funcionários trabalha, com a eficácia e a capacidade de reprodução dos insectos, para a manutenção da mega-estrutura de que se alimentam e que os alimenta.

O cepticismo popular em relação aos «políticos» vem daqui: da intuição magnífica de que a agitação da superfície é apenas a rodagem de palco de um cenário em que a maior parte da população (incluindo os «criadores» desencantados) está ali, apenas, para ver.

O que acabo de dizer são lugares-comuns, bem conhecidos de todos; mas é precisamente característica do mundo contemporâneo a aproximação do senso comum e do pensamento reflexivo, abandonando a ilusória autoridade de uma «ciência» que se comprazia no achamento da «verdade» sob a ilusória aparência do saber corrente. Este, moldado permanentemente na e pela acção, foi o que permitiu aos indivíduos e às sociedades movimentarem-se e realizarem-se no palco concreto da vida. Cada vez mais, hoje, o que parece, de facto, é; porque «passa a ser» a partir do momento em que «aparece».

Vejamos, para dar um exemplo específico, o caso da Arqueologia, tradicionalmente incluída na esfera dita da «Cultura» (na Fundação Gulbenkian, por exemplo, onde também existe um «Serviço de Ciência», a Arqueologia depende do «Serviço de Belas-Artes»). Só é possível evitar a degradação a que chegou no nosso país — de que os clamorosos casos de Foz Côa ou dos «caçadores de tesouros» subaquáticos são exemplo — considerando o chamado «património arqueológico» (entre outro) como um recurso de desenvolvimento. Tal como as florestas, a água ou o petróleo, por ex., esse recurso é finito, permanentemente ameaçado e destruído, tendo portanto de ser gerido, adentro de uma estratégia concertada de planeamento e ordenamento do território.

Mas para que serve esse recurso, se quisermos, «cultural»? Só poderemos chegar a uma resposta clara se entendermos a «Cultura» como uma envolvente (uma característica intrínseca da nossa espécie, e portanto algo que todos os cidadãos possuem), algo de substancial ao ser humano, e não apenas como um

fenómeno «especializado», quer se trate da «cultura de elites» (exposições, ópera, ciência, etc.) ou de «massas» (mega-concertos, futebol, televisão, etc.).

A Arqueologia não trata do passado. O passado passou, já lá vai, que faça boa viagem. A Arqueologia trata de «acidentes» da paisagem que nos são contemporâneos, e que precisamos que «façam sentido», quer os atribuamos aos «mouros» (cultura dita «popular»), quer a outras entidades quaisquer, com designações mais ou menos eruditas.

A Arqueologia, como a História, como qualquer fenómeno de memória, trata do presente, isto é, da ideia, necessariamente actual, que fazemos daquilo que aconteceu, no mundo que nos envolve, antes de nós. A memória tem a ver com as formas de simbolização do que «já fomos». Não se trata pois de, através de «vestígios», re-apresentarmos o passado, tal como ele existiu, aos olhos maravilhados dos nossos contemporâneos. Não se trata de «reconstituir» rigorosamente nada. Trata-se de **construir uma imagem verosímil** do que se passou aqui, necessariamente plural, validada por diferentes públicos. Tais imagens não podem ser só transmitidas em livros ou noutros suportes de informação mais modernos. Têm de poder ser consumidas «in loco», pelos próprios utentes do território, ou seja, por todos nós. Os «bens» arqueológicos ou são percebidos como um recurso corrente, de primeira necessidade, porque sem eles a paisagem perde qualidade e transforma-se num deserto amnésico, monótono e triste, ou não terão qualquer hipótese de defesa face às pressões do desenvolvimentismo tecnocrático.

A Arqueologia não é passado, mas, sim, matéria-prima de uma das **indústrias culturais** do futuro. Mas, para que assim seja, os recursos arqueológicos não podem ser abandonados ou estar a saque; não podem ser um ornamento. Mas não podem também ser conservados na sua integralidade. Não podemos «patrimonializar» o país, transformando-o num jardim zoológico para recreio turístico. Os «bens arqueológicos» têm de ser geridos no conjunto das actividades que incidem sobre o território, apartando-se o que deve ficar «in situ», o que deve ser transferido para outros locais ou para museus, e o que pode, pura e simplesmente, ser destruído.

O «velho» não é impecilho para o «novo». O velho é um suporte da imaginação inovadora. Uma paisagem agrária, uma «ruína», são desafios interessantíssimos para qualquer engenheiro, arquitecto, ou geógrafo, ou seja, para os que planeiam, para os que constroem o território. O que está aqui em causa é um direito democrático de intervenção em condições de paridade.

Se o arqueólogo não tiver um estatuto social semelhante ao deles, se não souber ser dialogante e tornar-se, também ele, num agente de produção do território, se não participar, desde as primeiras fases, num processo de planeamento e de ordenamento do espaço que nos rodeia, a Arqueologia perderá a sua batalha e o país não merecerá, sequer, os arqueólogos que já tem. E que custaram dinheiro

ao erário público, perguntando-se se são para ser encarados a sério ou como mero grupo sectário e folclorizado.

A Arqueologia não é um problema da «Cultura» (no seu sentido restrito), nem, apenas, de qualquer Ministério a ela afecto. A Arqueologia é uma questão de cultura quotidiana, vivenciável por todos os cidadãos, e portanto, também, um problema de todos os ministérios, da Educação ao Turismo, da Indústria à Ciência e Tecnologia.

Foi essa **deslocação** fundamental da posição política da Arqueologia que Foz Côa, pela sua importância mundial, provocou. Transplantando o problema das «páginas culturais» dos jornais para a primeira fila das notícias nacionais e internacionais, veio colocar uma questão central da nossa sociedade, que aqui procurei esboçar. É esse um dos desafios históricos que se coloca ao novo governo português saído das eleições de 1 de Outubro de 1995. Que modelo de desenvolvimento queremos para o interior do nosso país? Quem vão ser os seus protagonistas? Estaremos, todos, à altura de um tal desafio? Apesar da enormidade da tarefa, estou optimista.